



PAISAGEM PROTEGIDA SERRA DO AÇOR

PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO

2022 – 2024



Comissão de Cogestão da PPSA

Arganil, maio 2022





Índice

ÍNDICE	2
ABREVIATURAS	5
1.ENQUADRAMENTO	6
2. MODELO DE COGESTÃO DA PPSA	6
2.1 Cogestão de áreas protegidas	6
2.2 Plano de cogestão	7
2.3 Comissão de Cogestão	7
2.4 Conselho Estratégico	8
2.5 Missão, Visão e Valores	8
2.6 Compromisso Estratégico	9
3. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR	11
3.1 Território, população e economia	13
3.1.1 Arganil	13
3.1.2 Ocupação do Solo	13
3.1.3 Clima	16
3.2 Valores naturais	16
3.2.1 Flora	16
3.2.2 Fauna	17
3.3 Estruturas	18
3.3.1 Estruturas de apoio à visitação	18





3.3.2 Outras infraestruturas	19
4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	20
4.1 Fatores críticos	21
4.2 O que se pretende mudar?	22
4.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção	23
5. AUSCULTAÇÃO DE ATORES CHAVE	24
5.1. Procedimento	24
5.2. Resultado da Auscultação	26
6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	29
6.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação	29
6.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável	31
6.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes na PPSA	32
6.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica	34
7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	36
8. MONITORIZAÇÃO	37
9. CONSULTA PÚBLICA	40
10. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	41
Anexo - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)	42



Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA (Fonte_ICNF)	11
Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margaraça em primeiro plano... 12	12
Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclasses (COS2018).....	14
Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2018.....	15
Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística.....	17
Figura 6 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação	19
Figura 7 - Imagem Ilustrativa do Inquérito de Levantamento de Opinião sobre a PPSA.....	25

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA 2022	9
Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA	13
Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA	13
Tabela 4 - Uso Atual do Solo PPSA (Megaclasses COS 2018)	14
Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2018	15
Tabela 6 - Ações e Indicadores de Referência PPSA	37

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Idade dos Inquiridos	26
Gráfico 2 - Habilitação Académica dos Inquiridos	26
Gráfico 3 - Local onde desenvolvem atividade os Inquiridos.....	27
Gráfico 4 - Conhecimento de espécies de fauna e flora	27
Gráfico 5 - Contributo de aspetos da PPSA.....	28
Gráfico 6 - Utilidade do Centro de Interpretação da Serra do Açor	28
Gráfico 7 - Atividades pretendidas pelos Inquiridos	29



Abreviaturas

AP- Área Protegida

ENCNB 2030- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

ICNF, I.P- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

RJCNB- Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

PPSA- Paisagem Protegida Serra do Açor

APFCA- Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil

POSEUR- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

UE – União Europeia

CMA – Câmara Municipal de Arganil

UC – Universidade de Coimbra

ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra

ONGAs – Organizações Não-Governamentais de Ambiente

JFB – Junta de Freguesia da Benfeita





1. Enquadramento

O plano de cogestão é o instrumento primordial de gestão da área protegida que “*determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia*” (alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

O Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor constitui o referencial estratégico da gestão da Área Protegida (AP) para o período 2022 – 2024, e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

É elaborado pela Comissão de Cogestão em observância com os preceitos legais e procedimentos aplicáveis, aplicando-se aos limites da Paisagem Protegida da Serra do Açor e sempre que adequado, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo do município de Arganil, quando necessário à execução de medidas e ações previstas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável naquela área protegida.

2. Modelo de Cogestão da PPSA

2.1 Cogestão de áreas protegidas

A cogestão das áreas protegidas foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, aplica-se às áreas protegidas de âmbito nacional que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, está ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais, regulada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão prossegue uma gestão de proximidade assente num modelo participativo e colaborativo, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas.

Neste modelo de gestão participam diversos atores, públicos e privados, envolvidos na comissão de cogestão e no conselho estratégico.

A comissão de cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização da AP, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados para um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade.

A atuação da comissão de cogestão incide especificamente nos domínios da **promoção, sensibilização e comunicação**, está balizada nos princípios e nas normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na ENCNB 2030, e não inclui a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na AP.





A adoção do modelo de cogestão na Paisagem Protegida da Serra do Açor foi requerida pelo Município de Arganil, em 19 de fevereiro de 2020, por solicitação ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), feita nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, com designação do Presidente da Câmara Municipal de Arganil para presidir à comissão de cogestão.

O conselho estratégico é um órgão de natureza consultiva previsto no RJCNB e na estrutura orgânica da autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade.

No âmbito específico da cogestão da Área Protegida, ao conselho estratégico estão atribuídas competências de apreciação e pronúncia aos instrumentos de gestão bem como de apoio à comissão de cogestão na execução dos mesmos.

2.2 Plano de cogestão

O Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor é o instrumento de gestão que consagra a visão e a estratégia para prosseguir a valorização e a promoção do território, a sensibilização da comunidade e dos atores locais, e a melhoria da comunicação com interlocutores e utilizadores, consubstanciando um compromisso entre as entidades que integram a comissão de cogestão, ampliado por parcerias com outras entidades que atuam no território.

Este plano, concertado entre parceiros e mobilizador de sinergias, está suportado numa visão partilhada que assenta num diagnóstico prospetivo da Área Protegida, e materializa projetos e ações consideradas prioritárias para a valorização da PPSA, com indicação das respetivas fontes de financiamento e parceiros executores.

O Plano de Cogestão da PPSA para 2022 – 2024, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, e outros adicionais, foi objeto de parecer pelo conselho estratégico e de consulta pública, que precederam a sua aprovação pela comissão de cogestão.

2.3 Comissão de Cogestão

O Conselho Estratégico da PPSA, reunido em 22 de março de 2021, emitiu parecer prévio favorável à integração na comissão de cogestão das entidades propostas pelo Município de Arganil.

A Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor foi designada no Despacho n.º 4431/2021, de 30 de abril, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2021, e integra:

- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Arganil, que preside;
- ✓ O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Centro;
- ✓ O representante da Escola Superior Agrária de Coimbra;





- ✓ O representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- ✓ O representante da Junta de Freguesia da Benfeita;
- ✓ O representante da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil;
- ✓ O representante da Universidade de Coimbra;

A Comissão de Cogestão da PPSA foi designada para um mandato de 4 anos.

2.4 Conselho Estratégico

O Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Serra do Açor integra representantes de diversas entidades, conforme estabelecido no nº 3 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 135/2012, de 29 junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 78/2015, de 13 de maio, Despacho nº 6084/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente: do ICNF, I. P.; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Agência Portuguesa do Ambiente; da Câmara Municipal de Arganil; da Junta de Freguesia da Benfeita; da União das Freguesias de Cerdeira e Mouta da Serra; da Universidade de Coimbra; da Escola Superior Agrária de Coimbra; da Associação dos Amigos da Serra do Açor, das Associações de Produtores Florestais; das Organizações do Sector da Caça; da Entidade Regional de Turismo do Centro; dos Operadores de Turismo de Natureza; das Associações de Desenvolvimento local/regional; das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da PPSA; e até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do conselho estratégico:

- Apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela comissão de cogestão;
- Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão;
- Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão;
- Propor soluções e elaborar recomendações à comissão de cogestão.

2.5 Missão, Visão e Valores

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação deste Projeto são os seguintes:

Missão: Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado na Paisagem Protegida da Serra do Açor, valorizando esta Área Protegida e melhorando a eficiência das interações entre os parceiros.

Visão: Pretende implementar o Plano de Cogestão definido para a Paisagem Protegida da Serra do Açor, entre 2022 e 2024, e afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo as Áreas Protegidas como áreas de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.





Valores: cooperação, partilha, compromisso, transparência, comunicação.

2.6 Compromisso Estratégico

Com base na identificação das áreas-chave de desenvolvimento prioritário do Plano de Cogestão (identificadas no ponto 4.3 do presente documento), e tendo em conta as principais questões identificadas pelos atores chave da PPSA (elencadas no capítulo 5 do presente documento), foram definidos cinco eixos estratégicos de atuação, a seguir indicados:

Tabela 1 - Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA 2022

Eixos Estratégicos
Eixo 1: Informação e Comunicação
Eixo 2: Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável
Eixo 3: Valorização de Estruturas de Visitação Existentes na PPSA
Eixo 4: Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Esta Comissão de Cogestão considerou igualmente relevante para a implementação do modelo de cogestão, embora fora do âmbito estrito deste, dar a conhecer e acompanhar as medidas e ações de conservação, gestão e monitorização do património natural existente na área protegida, desenvolvidos com a participação das entidades que compõem a comissão de cogestão da área protegida.

Sistematizam-se a seguir os compromissos estratégicos entre as entidades integrantes da Comissão de Cogestão da PPSA, tendo como objetivos principais a **valorização**, a **promoção** e **comunicação** da Área Protegida traduzidos em quatro compromissos estratégicos considerados prioritários para o desenvolvimento sustentável da PPSA:

Compromisso estratégico I

Promover a informação, comunicação e dinamização do modelo de cogestão

Desenvolvimento de ações específicas, que visem a dinamização do modelo de cogestão, como a criação de um portal eletrónico informativo, a realização de workshops de diagnóstico sobre a Área Protegida, sessões de esclarecimento públicas, seminários e congressos. Assume-se o compromisso de elaboração de um plano de sensibilização e comunicação, sobre o capital natural existente na PPSA através do desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização, sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética, guias interpretativos, vídeos promocionais e exposições temáticas dos valores naturais. Implementando estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários grupos económicos, associativos, ou outros, que desenvolvem as suas atividades nesta área.





Compromisso estratégico II

Promover a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável

Acompanhando o dinamismo da evolução de conceitos a nível mundial, a Educação Ambiental (EA) é atualmente entendida no contexto mais amplo do desenvolvimento da cidadania informada e ativa, que garanta o envolvimento e o compromisso de cada um individualmente e das organizações para um futuro sustentável. A EA é assim fundamental para formar indivíduos atentos e preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Compromisso estratégico III

Promover a valorização de estruturas de visitação existentes na PPSA

Valorização e constituição de rotas e percursos e ainda a manutenção de espaços e estruturas de visitação, cada vez mais procurados pelo público em geral.

Fomentar a salvaguarda e a promoção dos valores ambientais e paisagísticos, para valorizar a fruição pública e em segurança, ao dinamizar atividades que robustecem a economia, como o turismo de Natureza (de forma regrada e sustentável) e também a requalificação e o reordenamento dos espaços de apoio a essas atividades, qualificando e reforçando as infraestruturas e equipamentos, que se encontram devolutas.

Compromisso estratégico IV

Promover Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas e os principais fatores de ameaça, bem como a monitorização dos habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Atualização de informação e a colmatação das lacunas relevantes de conhecimento do património natural (espécies, cartografia de habitats e ecossistemas e seus serviços), a sua integração em sistemas de informação e de monitorização como suportes essenciais para garantir a eficácia e eficiência das medidas de proteção e gestão em vigor, e para definir medidas e instrumentos adicionais a adotar na PPSA, garantindo a sua sustentabilidade.

3. Caracterização da Paisagem Protegida da Serra do Açor

A PPSA situa-se na Região Centro, em Portugal Continental. Pertence à NUT III, Região de Coimbra, cobrindo uma superfície de 382 ha em território pertencente ao distrito de Coimbra, concelho de Arganil e entre as freguesias de Benfeita e Cerdeira e Moura da Serra.

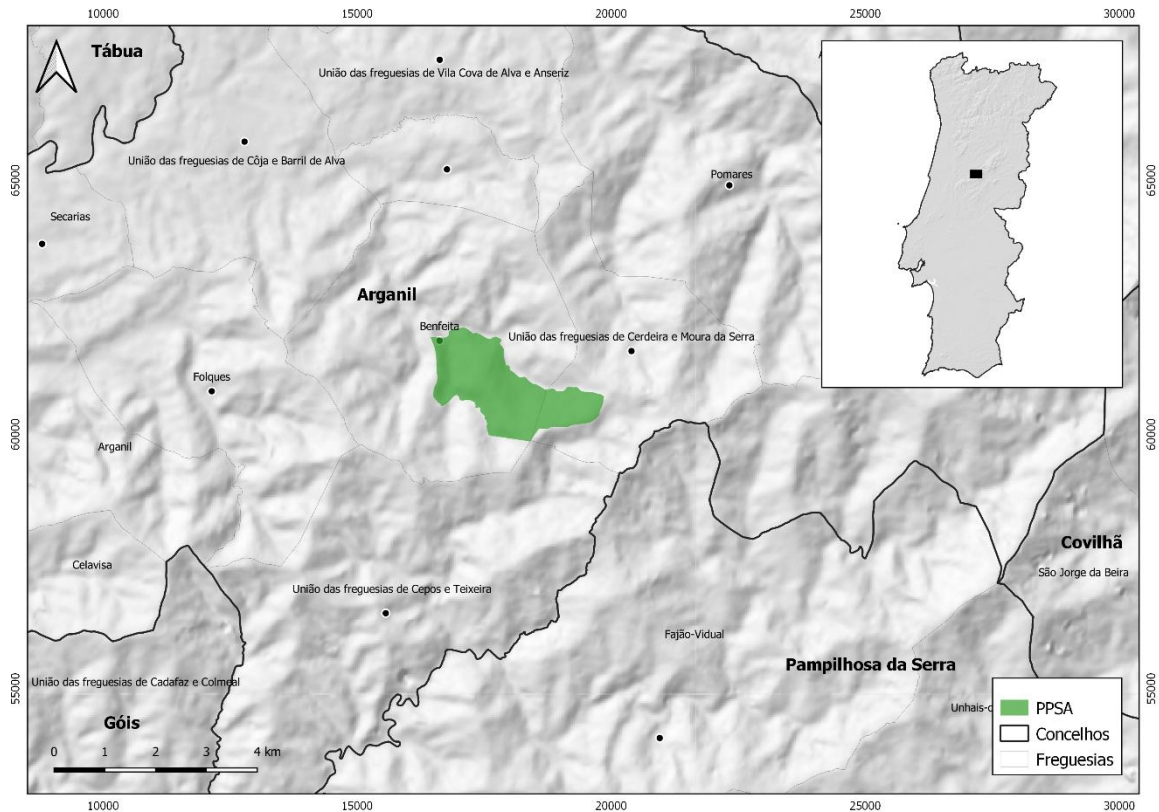


Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA (Fonte_ICNF)

A aldeia de Pardieiros é o único aglomerado urbano totalmente inserido na PPSA, pertencendo este à freguesia de Benfeita, estando localizada entre a Fraga da Pena e a Mata da Margarça. Existem, no entanto, algumas aldeias na periferia da PPSA, nomeadamente: Enxudro, Sardal, Pai das Donas, Luadas, Relva Velha, Parrozelos, Monte Frio e Moura da Serra, todas elas pertencentes ao concelho de Arganil.

A PPSA foi criada em 1982, através do Decreto-Lei nº 67/82, de 3 de março, e teve como principal objetivo a proteção dos valores culturais, naturais e recreativos aí presentes.

A sua criação, resultado de um longo processo, teve como objetivo principal a preservação da Mata da Margarça, uma floresta de vegetação primitiva que cresce nas encostas xistosas, com a presença de inúmeras espécies e habitats com elevado interesse de conservação, e que pelas suas características, pela sua raridade e /ou valor científico, pelos seus habitats, nos permitem ter um conhecimento mais alargado da evolução da floresta portuguesa e dos processos ecológicos.

A serra do Açor é dominada por xistos, com dobras e fraturas que originam um tipo de relevo característico, com grandes quedas de nível, linhas de água encaixadas e onde se encontram acidentes geológicos, como a Fraga da Pena



Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margarça em primeiro plano

A Fraga da Pena, um curioso acidente geológico esconde uma cascata ladeada de frondosa vegetação, cenário que não deixa de surpreender na serra do Açor. Localiza-se num pequeno desvio da estrada que liga Benfeita a Pardieiros. Existem diversas quedas de água, constituindo um local de grande importância paisagística.

As margens da linha de água conservam ainda alguns exemplares antigos de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), azereiro (*Prunus lusitanica ssp lusitanica*), azevinho (*Ilex aquifolium*), castanheiro (*Castanea sativa*), adernos (*Phillyrea latifolia*), entre outras.

Localizada mais próximo da povoação de Pardieiros, podemos encontrar a Mata da Margarça, que ocupa cerca de 68 ha numa vertente de exposição N-NW, entre os 600-850m de altitude. Esta mata constitui uma das raras amostras de vegetação natural das encostas xistosas do centro de Portugal, tal como existia há séculos atrás.

Trata-se de uma floresta dominada por castanheiro (*Castanea sativa*) e carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), que coexistem com outras espécies igualmente relevantes. Esta mata permite o crescimento de comunidades muito diversificadas, nomeadamente de fungos, briófitos e animais que encontram aqui o seu habitat preferencial.

Em 2007, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2007, foi aprovado o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor.

3.1 Território, população e economia

3.1.1 Arganil

Situada na região da Beira Litoral, Arganil tem vindo a diminuir a sua população, à semelhança de toda a zona envolvente. De acordo com os últimos Censos realizados em 2021, a densidade populacional no concelho inserido na PPSA é de 33,25 habitantes/km². O concelho de Arganil possui baixa densidade populacional e tem vindo a perder população ao longo dos últimos 40 anos (tabela 1).

Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA

Concelho	1981	1991	2001	2011	2021	Diferencial 1981-2021
Arganil	15.507	13.926	13.623	12.145	11.067	↓ 4.440
Em percentagem		-10,2	-2,2	-10,8	-8,9	-28,6

A população residente nas freguesias pertencentes à PPSA (Benfeita e União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra) representa 7,11% da totalidade de habitantes do concelho (tabela 2).

Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA

Concelho	Nº de habitantes 2021	Freguesia	População em 2021	% em relação à População do Concelho
Arganil	11 068	Benfeita	415	3,75
		Cerdeira e Moura da Serra	372	3,36
TOTAL			787	7,11

O abandono da agricultura e as transformações ao nível do uso do solo, aliados a uma elevada migração da população mais jovem para as grandes cidades, leva a que a população que permanece no território esteja já envelhecida, estando este muito dependente do turismo de natureza, realizado de forma responsável e evitando assim prejudicar a paisagem (in: Plano de Ordenamento da PPSA aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 183/2008 de 24 de novembro).

3.1.2 Ocupação do Solo

O conhecimento do uso atual do solo é de capital importância para o desenvolvimento de estratégias de valorização do território.

A Carta de Ocupação do Solo (COS) é, assim, um instrumento valioso para caracterizar corretamente os usos existentes no território da PPSA.

Segundo os dados da Carta de Ocupação do Solo de 2018, e que se encontram sintetizados através das megaclasses (menos detalhado) na Tabela 4, esta Área Protegida é predominantemente florestal, representando esta classe 81% da área total, seguida de áreas de matos (14%), de

agricultura (4%) e territórios artificializados, estes últimos com fraca representatividade com apenas 1% e que se refere à localidade de Pardieiros.

Tabela 4 - Uso Atual do Solo PPSA (Megaclassas COS 2018)

Megaclassas	Área (ha)	Área (%)
Territórios artificializados	3,7	1%
Agricultura	14,9	4%
Florestas	302,5	81%
Matos	52,2	14%
Total	373,4,4	

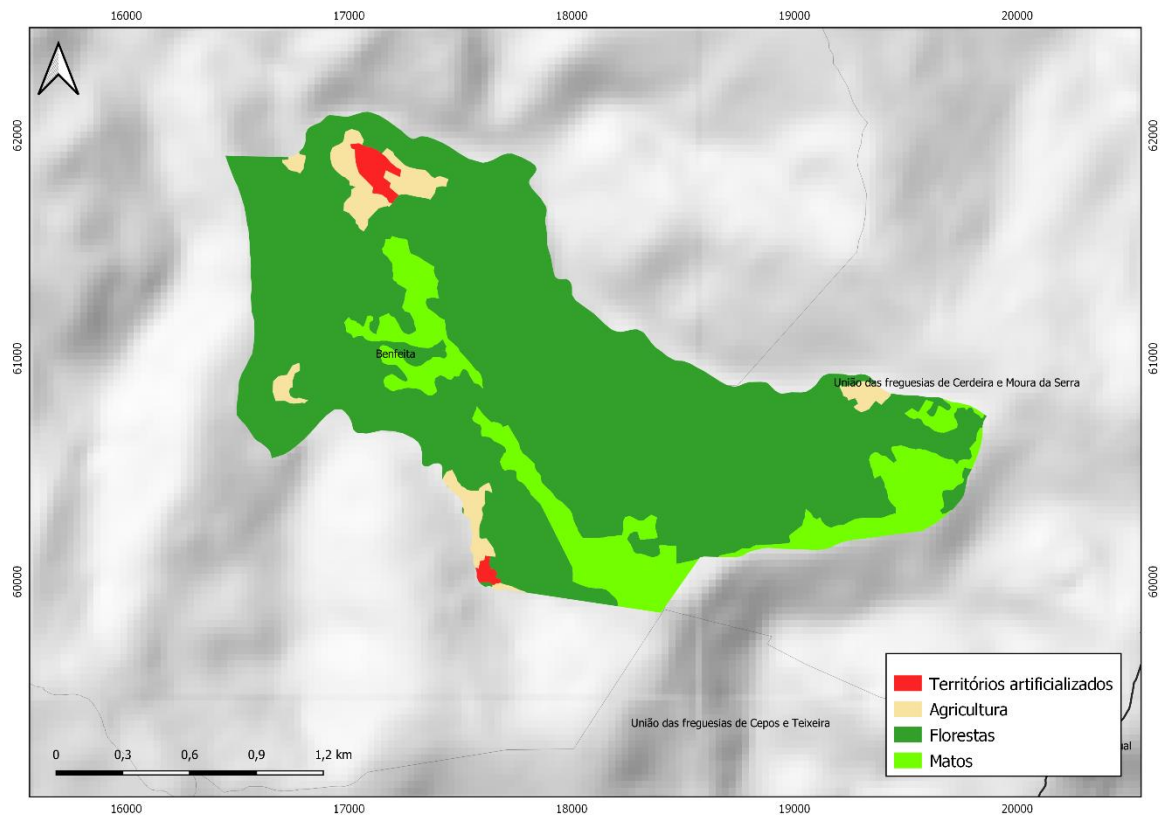


Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclassas (COS2018)

A COS permite desagregar os grandes usos do território acima descritos em classes de maior pormenor, onde é possível identificar de que forma, cada uma das principais classes de uso do solo está implementada no território da PPSA.

Esta desagregação permite perceber, por exemplo, quais as espécies florestais com maior área ocupada na Área Protegida, permitindo distinguir as culturas agrícolas entre outras ocupações existentes.

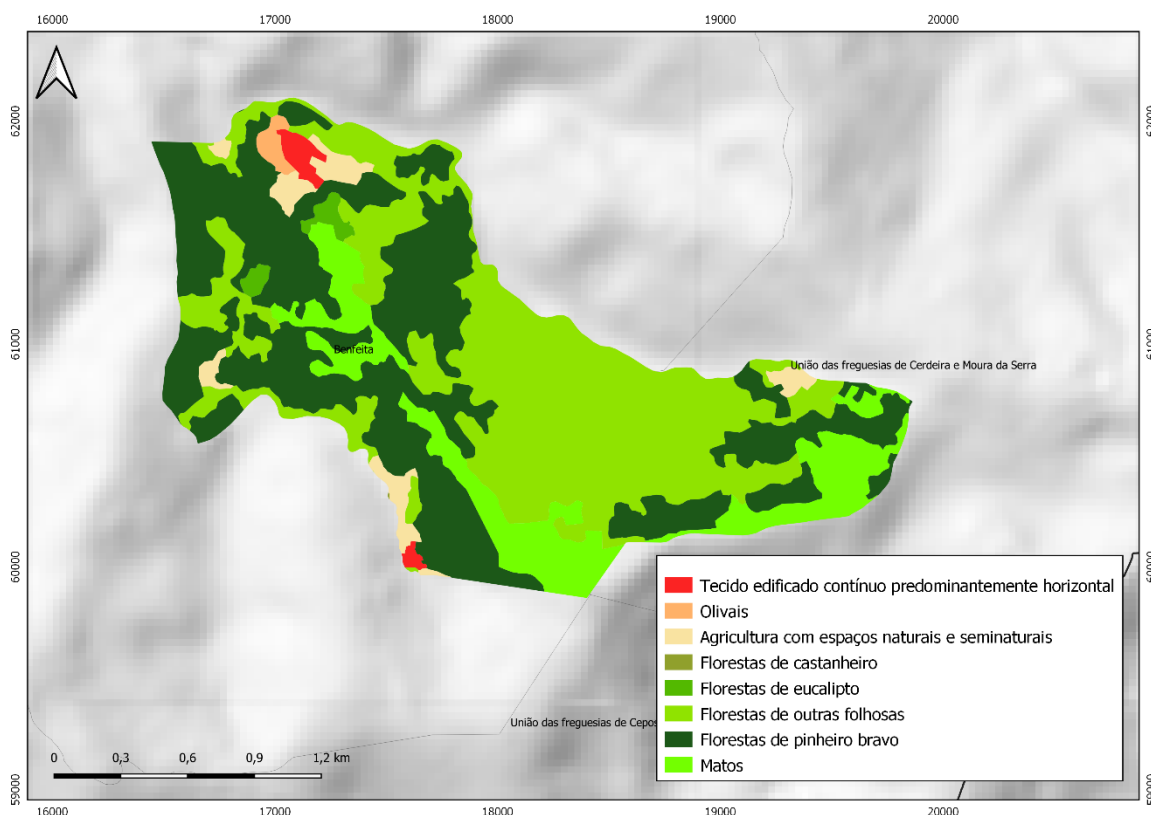


Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2018

Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2018

Megaclases	Área (ha)	Área (%)
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	3,67	1
Olivais	2,36	1
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	12,28	3
Florestas de castanheiro	0,02	0
Florestas de eucalipto	3,53	1
Florestas de outras folhosas	146,66	39
Florestas de pinheiro bravo	152,65	41
Matos	52,21	14
Total	373,4	



Da análise mais pormenorizada, destaca-se a elevada representatividade das áreas de Florestas de pinheiro bravo e Florestas de outras folhosas, representando 80% da área da Paisagem Protegida.

Os matos possuem uma expressão de cerca de 14% da área da PPSA, demonstrando a sua importância na ocupação do território, sendo Agricultura com espaços naturais e seminaturais, os olivais, o tecido edificado contínuo predominantemente horizontal, as florestas de castanheiro e as florestas de eucaliptos os menos representados, com valores entre os 1% e os 3%.

3.1.3 Clima

A baixa espessura dos solos na maior parte da serra do Açor, associada a grandes declives, resulta em cursos de água frequentes, mas de regime torrencial, caracterizados por um caudal elevado e períodos de estiagem prolongados nos meses mais quentes.

A sua localização geográfica torna a serra do Açor um espaço de transição entre áreas de clima mediterrânico e zonas de marcada influência atlântica. Com efeito, a serra situa-se numa área de clima pré-atlântico, sub-húmido, sofrendo influência atlântica nas vertentes expostas a NW, como acontece na Mata da Margaraça, e influência mediterrânica nos vales abrigados e nas encostas viradas a SE.

No que diz respeito às temperaturas, estas apresentam médias que variam entre os 6,9°C no Inverno e os 21,4°C, durante o Verão.

A distribuição da precipitação na serra do Açor permite uma divisão clara em dois períodos, um chuvoso que decorre entre os meses de outubro a maio, caracterizado em média pela existência de 10 a 14 dias de chuva por mês, e outro seco incidindo nos meses de junho a setembro, caracterizado, em média, por 2 a 7 dias de precipitação, segundo Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arganil.

3.2 Valores naturais

A Paisagem Protegida da Serra do Açor apresenta valores naturais de elevado interesse conservacionista, pelas suas características geomorfológicas, riqueza florística e faunística e pela sua elevada diversidade ambiental (Fig. 2).

3.2.1 Flora

Do conjunto de biótopos destacam-se os carvalhais, os bosques de espécies da laurissilva como o loureiro (*Laurus nobilis*) e o azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), as galerias ribeirinhas e os bosques de azevinho (*Ilex aquifolium*). Todavia, podem ser observadas também as comunidades que se desenvolvem sobre substratos rochosos, urzais, giestais, soutos, povoamentos de sobreiro e pinhais. Até agora, ao nível da vegetação, estão referenciadas para a Paisagem Protegida da Serra do Açor 336 diferentes espécimes.



Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística

Trata-se de uma relíquia da floresta primitiva com pouca intervenção, típica das encostas xistosas do centro do país, sendo de assinalar a presença de um elevado número de espécies, a maior parte autóctone, bem como biótopos com interesse científico e para a conservação da natureza.

Dominam o estrato arbóreo o carvalho-robele ou alvarinho, *Quercus robur*, e o castanheiro (*Castanea sativa*), existindo alguns exemplares muito antigos destes últimos. Embora menos abundantes encontram-se ainda outros exemplares de folha caduca, tais como aveleiras (*Corylus avellana*), ulmeiros (*Ulmus minor*), cerejeiras (*Prunus avium*) e nogueiras (*Juglans regia*).

Esta mata caracteriza-se pela presença de elementos de cariz mediterrânico, caso do medronheiro (*Arbutus unedo*), do folhado (*Viburnum tinus*) e do loureiro (*Laurus nobilis*). A sua flora é muito interessante, encontrando-se aqui o maior número de exemplares de azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) de toda a sua área de distribuição, sendo a população da Mata da Margaraça a maior atualmente existente.

3.2.2 Fauna

Os biótopos que constituem esta Área Protegida possibilitam a existência de uma fauna bastante diversificada e a ocorrência de alguns endemismos ibéricos que incrementam o seu valor ecológico e natural. De entre os biótopos mais relevantes para a fauna destacam-se as florestas de folhosas, incluindo as galerias ripícolas, os matos e as áreas agrícolas e de olival.

Estão inventariadas no total 423 espécies de invertebrados e 117 de vertebrados, destacando-se quatro espécies de invertebrados que se encontram protegidas por documentos estruturantes da política de conservação da natureza, a nível internacional como a vaca-loura (*Lucanus cervus*),



Fritilária-dos-lameiros (*Euphydryas aurinia*) e Calimórfa-de-Quatro-Pintas (*Euplagia quadripunctaria*).

Destaque também para a existência de 3 endemismos ibéricos, designadamente a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) com o estatuto de Vulnerável, no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, o tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) e a rã-ibérica (*Rana ibérica*), espécies estas que estão incluídas na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com estatuto de Quase Ameaçadas.

Estão também inventariadas 11 espécies de répteis na Paisagem Protegida da Serra do Açor, todas elas protegidas pela Convenção de Berna, com destaque para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), também incluído na Lista Vermelha da UICN e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), incluída no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A diversidade de biótopos permite também a presença de um grande número de aves. Destacam-se, neste grupo, o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), que se encontra no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal com o estatuto de “Em Perigo”, e o açor (*Accipiter gentilis*), juntamente com a coruja-do-nabal (*Asio flammeus*) e a felosa-das-figueiras (*Sylvia borin*) que são apresentados, pelo mesmo documento, como “Vulneráveis”.

É ainda mencionado um endemismo ibérico, a felosinha-ibérica (*Phylloscopus ibericus*).

Aqui, habitam também espécies como a coruja-do-mato (*Strix aluco*), o chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o búteo ou águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), algumas incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A existência de plantas que produzem sementes e frutos comestíveis possibilita alimento a vários mamíferos, como o javali (*Sus scrofa*), apesar da presença desta espécie ter alguns efeitos indesejáveis na PPSA.

Incluídas no Anexo III da Convenção de Berna, existem nove espécies, sendo elas o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europeus*), o musaranho-de-dentes-brancos (*Crocidura russula*), a lebre (*Lepus granatensis*), o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*), a doninha (*Mustela nivalis*), a fuinha (*Martes foina*), o texugo (*Meles meles*), a geneta (*Genetta genetta*) e o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*).

Destacam-se também, os morcegos, por se encontrarem quase todos abrangidos por diversos estatutos de proteção, o que os torna particularmente interessantes do ponto de vista da conservação, designadamente o morcego-de-bechstein (*Myotis bechsteinii*), considerado como “Em Perigo” no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e como “Vulnerável” na Lista Vermelha da UICN.

Refere-se também a existência de três endemismos ibéricos, nomeadamente o musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), a toupeira (*Talpa occidentalis*) e o rato-cego (*Microtus lusitanicus*).

3.3 Estruturas

3.3.1 Estruturas de apoio à visitaçào

O Centro de Interpretação e a Casa da Eira constituem infraestruturas existentes na PPSA, que servem também de apoio ao visitante.



A Casa Grande, situada na Mata da Margaraça, junto à estrada que liga Pardieiros a Monte Frio, caracteriza-se por um centro de interpretação, aberto de segunda a sexta, onde se pode encontrar informação diversa sobre a Área Protegida e região envolvente, para qualquer visitante que pretenda explorar este território. Esta informação assenta essencialmente em temáticas ligadas aos valores naturais da região.

Possui também uma sala de apoio que permite receber grupos de visitantes para a realização de palestras, reuniões ou ações de educação ambiental.

A Casa da Eira é um edifício que outrora serviu como um pequeno núcleo museológico, e hoje em dia funciona como pequeno armazém.

O Trilho, com cerca de 1 km, que liga a Casa Grande e a Casa da Eira, possibilita aos visitantes um contacto direto com a Mata e a observação dos valores naturais existentes, com o apoio de placards informativos sobre fauna e flora.

3.3.2 Outras infraestruturas

Para além das referidas infraestruturas de apoio à visita existem outras edificações e equipamentos inseridos na área da PPSA, associados quer à sua gestão, quer ao recreio e turismo da região.

São estes:

- Fornos de refugos
- Moinhos junto à ribeira da Mata (Azenha);
- Zona de lazer na Fraga da Pena;
- Alojamentos rurais em Pardieiros;
- Igreja de Pardieiros;
- A Garagem da Casa Grande, edificação localizada próximo do Centro de Interpretação;
- Casa das Lamaceiras e Casa dos Caseiros



Figura 6 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação



4. Diagnóstico prospetivo

Conforme referido no Decreto-Lei nº 116/2019 de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, estes espaços são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza.

Assim, natureza é neste quadro, o elemento agregador que norteia a cogestão das áreas protegidas. Neste contexto, a realização de uma análise que pudesse clarificar e caracterizar as áreas chave para intervenção na PPSA, tornou-se imprescindível, tendo-se realizado uma análise SWOT, complementada com inquéritos de opinião com o objetivo de definir a estratégia de atuação e cujos resultados são aqui apresentados.

Tabela 6 – Matriz SWAT da PPSA

Pontos Fortes
▪ Rede Natura 2000 – PPSA
▪ Habitats e espécies prioritárias para a conservação da natureza
▪ Mata da Margaraça
▪ Fraga da Pena
▪ Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, nas áreas de conservação da natureza
▪ Centro Interpretativo com painéis explicativos e interativos
▪ Facilidade de combinação do valor natural, da vivência quotidiana e da qualidade de vida de quem visita e de quem recebe
▪ Percursos Pedestres com elevado interesse paisagístico
▪ Pouca pressão turística
▪ Localização ideal para quem quer estar longe de cidades

Pontos Fracos
× Infraestruturas afetas à visitação antiquadas
× Pouca divulgação sobre trabalhos científicos
× Poucas atividades de educação ambiental
× Reduzida dimensão da PPSA
× Pouca oferta de transportes públicos
× Dificuldade de comunicação e marcação de visitas
× Encerramento do Centro de Interpretação ao Fim de Semana
× Desconexão das entidades gestoras da PPSA com aldeias próximas
× Burocracia para realização de atividades na PPSA
× Carência de infraestruturas de alojamento, restauração e turismo



Ameaças
▪ Incêndios Florestais
▪ Espécies Invasoras
▪ Pragas e Doenças Florestais
▪ Poluição do Solo e Água
▪ Invasão do interior da PPSA, que está interdita à atividade cinegética
▪ Pressão do turismo em certos pontos de interesse
▪ Carência de infraestruturas e equipamentos de apoio aos turistas
▪ Despovoamento do território
▪ Distância, tempo e custo de viagem

Oportunidades
▪ Consciencialização da população para os problemas que afetam a PPSA
▪ Recursos financeiros para áreas afetadas pelos incêndios de 2017
▪ Elevada procura para turismo de natureza, elementos culturais e tradicionais
▪ Aposta crescente na conservação dos recursos naturais
▪ Elevada biodiversidade
▪ Identificação mais expressiva dos pontos turísticos
▪ Valorização dos acordos de geminação, criando segregações positivas

4.1 Fatores críticos

A Serra do Açor possui um histórico caracterizado por incêndios devastadores e apresenta, ainda hoje, uma enorme suscetibilidade à sua ocorrência. Os incêndios florestais constituem uma das maiores ameaças para a conservação dos valores naturais da PPSA, dos quais resultam efeitos diretos e indiretos para os ecossistemas.

Também o relevo acidentado, caracterizado por montes elevados e vertentes de declive acentuado, intercalados por vales de fundo chato ou em “v”, propicia a rápida propagação dos fogos e por conseguinte, dos processos erosivos.

As espécies invasoras constituem em qualquer situação, com maior ou menor gravidade, uma ameaça às comunidades naturais, das quais resultam impactes negativos para a conservação da biodiversidade. Estas espécies, com a sua capacidade de adaptação ao meio e a sua facilidade de dispersão, rapidamente colonizam novos espaços e, na maioria dos casos, impedem a regeneração da vegetação nativa, criando manchas monoespecíficas.

A acácia ou mimosa (*Acacia dealbata*) é a espécie invasora que constitui a maior ameaça para a AP, principalmente na fase pós incêndio, mas outras espécies estão também presentes como a Austrália (*Acacia melanoxylon*), a tintureira (*Phytolacca americana*), a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*), entre outras. De referir o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie



exótica plantada na PPSA e sua envolvente e que após o incêndio de 2017 revelou comportamento invasor em vários locais da PPSA.

As ameaças fitossanitárias, mediante a origem, a intensidade, o grau de dispersão e a dificuldade no seu combate podem, em situações extremas, originar o desaparecimento total ou quase total da população de uma determinada espécie ou mesmo de várias espécies de plantas. A vespa-da-galha-do-castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) é um exemplo disso, estando presente em quase todas as manchas de castanheiro presentes na PPSA, resultado da fragilidade de muitos dos exemplares, que apresentam ainda marcas da passagem do fogo.

A poluição dos solos e da água na PPSA resultante principalmente dos efluentes líquidos produzidos nos aglomerados urbanos existentes nas proximidades da AP, embora que reduzida pode apresentar um potencial desequilíbrio.

A reduzida dimensão da PPSA constitui também uma pressão à conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. Os ecossistemas mais importantes nesta área caracterizam-se pela sua pequena dimensão que, normalmente, se associa a um efeito de orla muito acentuado. O efeito de orla traduz-se nas perturbações resultantes do contacto com sistemas ecológicos degradados e espécies invasoras, e o desaparecimento das condições necessárias para as espécies mais exigentes.

A pressão do turismo em determinados pontos de interesse como a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça constitui também um fator de perturbação do equilíbrio dos ecossistemas. Assim é fundamental melhorar o ordenamento da visitação, e sensibilizar mais os visitantes para a importância da preservação dos valores naturais da área protegida, e a sua importância para o desenvolvimento sustentável do território.

A existência de múltiplas infraestruturas que outrora serviram de apoio à agricultura estão hoje em dia em ruínas ou em elevado estado de degradação, carecendo de uma intervenção mais direcionada.

A diminuição evidente da população nas últimas décadas, em qualquer um dos aglomerados urbanos no interior e em redor da PPSA, implicou o abandono quase total das atividades económicas do sector primário existentes na AP, designadamente da silvicultura e da agricultura de pequena dimensão.

4.2 O que se pretende mudar?

A aprovação do Plano de Ordenamento da PPSA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008, de 24 de novembro, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

Constata-se pois a necessidade dar continuidade as ações de gestão no terreno, dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural da PPSA.

Fomentar a interação com as populações residentes e envolventes à PPSA, para fortalecer a sua identificação com a Área Protegida.





É fundamental a existência de uma imagem atrativa e facilmente identificável, bem como de materiais de divulgação dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere.

É crucial também reforçar e melhorar as infraestruturas de visita e acolhimento para desenvolvimento de novos programas e atividades que promovam a educação ambiental, reforçando assim a interatividade com a comunidade escolar.

Por outro lado, é muito importante o envolvimento da comunidade académica, tendo em vista a utilização da área protegida como “laboratório vivo”, e a sua inclusão em novos estudos e/ou monitorização do património natural.

Considera-se igualmente essencial o reforço da sinalética, sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação da circulação nos troços onde ocorrem espécies ameaçadas. É igualmente necessário a colocação de infraestruturas e de sinalética informativa, com referência aos locais de interesse da PPSA, estabelecendo “*portas de entrada*”, que direcionem melhor a visita para locais específicos e limitem a perturbação dos valores naturais em áreas mais sensíveis.

4.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção

Não obstante o identificado nos capítulos anteriores (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um Plano de Cogestão para a PPSA, seria fundamental saber como se posiciona a PPSA estrategicamente.

Assim, a posição estratégica da PPSA passa pela interpretação da matriz swot (tabela 6), e que consiste numa análise de cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente neste local.

Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise de cenário constitui um passo importante para a posterior formulação estratégica, que se pretende concretizar com o Plano de Cogestão da PPSA 2022 – 2024 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as forças e as fraquezas identificadas nesta matriz, decorrentes de fatores internos, mas também externos à própria área protegida, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam mitigados os pontos fracos sinalizados.

Já as oportunidades e as ameaças identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas com fatores externos, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro da PPSA.

A estratégia consensualizada para o território foi desenvolvida com base em diferentes compromissos e eixos estratégicos, de diferentes áreas-chave como a informação, promoção e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, a valorização de estruturas existentes e a conservação e proteção dos valores naturais da Área Protegida.



Objetivos Gerais:

- Fomentar o sentimento de presença à PPSA, através da comunicação, promoção e divulgação da Paisagem Protegida, alocando toda a população interveniente no território;
- Valorizar os pontos de atração na PPSA, com infraestruturas adequadas, melhorando assim as condições de visitaçãõ;
- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, em harmonia com a conservação da natureza. Valorizar todo o património através de estratégias para a participação em atividades de educação ambiental e temáticas sobre as variadas atividades da PPSA;
- Promover a investigação científica e o aumento do conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos *habitats* naturais e das populações das espécies de fauna e flora, contribuindo para assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais da PPSA.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a comunicação da PPSA a nível local principalmente, mas também a nível nacional e internacional;
- Implementar iniciativas dentro e fora da Paisagem Protegida, como workshops, temáticas e participação em eventos de promoção da mesma;
- Contabilizar o número de visitantes à Paisagem Protegida, para melhorar a gestão da visitaçãõ;
- Dinamizar atividades de voluntariado para maior envolvência da comunidade;
- Ordenar e estimular atividades turísticas e recreativas, como forma de consciencializar a população para a preservação do território;
- Promover a investigação científica dos ecossistemas, bem como a sua monitorização, definindo estratégias corretas de gestão e conservação dos valores naturais da PPSA;

5. Auscultação de atores chave

5.1. Procedimento

Os atores chave no território afeto à PPSA foram identificados ao longo das reuniões da Comissão de Cogestão da PPSA, conforme lista em anexo.

Os atores chave foram organizados por área setorial: restauração, hotelaria, turismo, espaços de venda e grupos desportivos. Foram também auscultadas associações seniores, associações juvenis, associações ambientalistas, associações cinegéticas e por fim as comissões de melhoramentos representativas da região da PPSA e envolvente.

Assim, elaborou-se uma listagem de todas estas entidades, que constituem importantes parceiros para a avaliação e execução do Plano de Cogestão da PPSA.



Em reunião de Comissão de Cogestão decidiu-se desenvolver um inquérito aberto aos cidadãos com mais de 18 anos, residentes no concelho de abrangência da Área Protegida e/ou que conhecem a Área Protegida e/ou que exerçam a sua atividade no território.

Deste modo, entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022 foi enviado, por correio eletrónico a todos os atores chave, um inquérito de opinião sobre a PPSA (figura 7) e realizadas entrevistas com as entidades locais.

Este inquérito pretendeu auscultar a opinião da população relativamente à perceção do que é a PPSA e atividades desenvolvidas na mesma, recolher sugestões de melhoria e visões para o futuro. Assim, pretendeu-se reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com toda a comunidade que de alguma forma apresenta ligação ao território.

O inquérito (Fig. 7) está dividido em duas partes:

1. Caracterização dos respondentes;
2. Caracterização da PPSA;

Pretendeu-se, assim, reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com quem está no território e pode fazer a diferença.

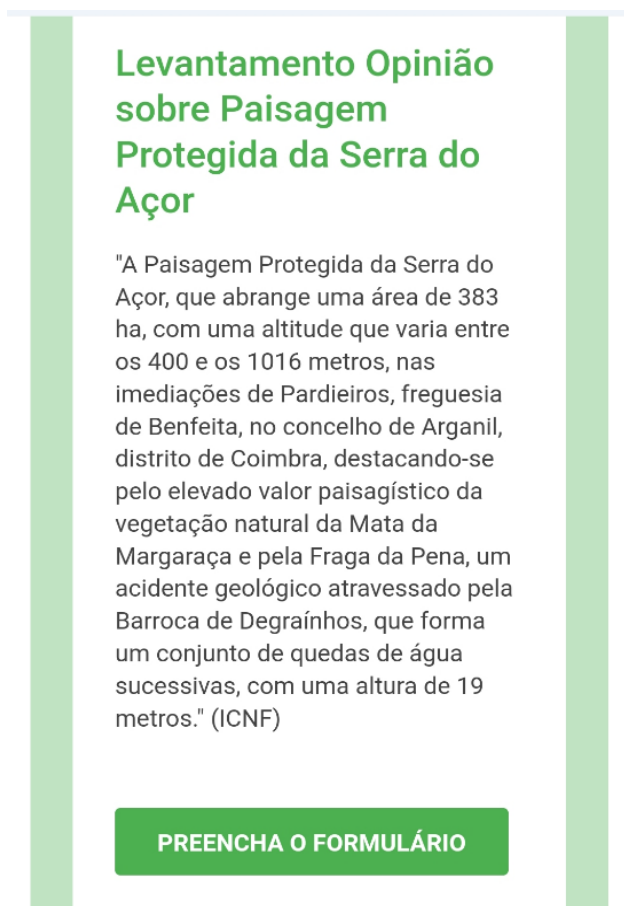


Figura 7 - Imagem Ilustrativa do Inquérito de Levantamento de Opinião sobre a PPSA

5.2. Resultado da Auscultação

Caracterização dos auscultados

Responderam ao inquérito 40 pessoas (atores locais). Em relação à faixa etária verificou-se que a maior representatividade ocorreu no grupo dos 19 aos 29, com 40%, seguida dos 40-49 anos de idade, os 30 e os 39, e dos 50 aos 59, todas com 15%. Por fim, as faixas etárias menos representativas foram as faixas dos 70 ou mais anos com 10% e dos 60 aos 69 anos com 5%.

A maioria dos inquiridos (70 %) é do género masculino, sendo os restantes (30%) do género feminino.

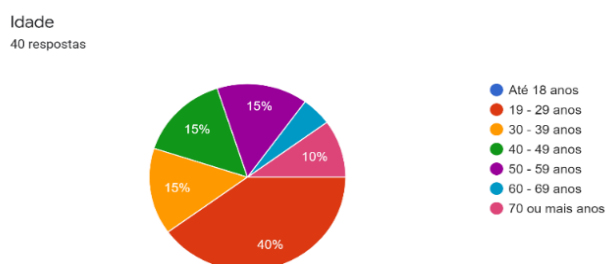


Gráfico 1 - Idade dos Inquiridos

Quanto às habilitações académicas dos inquiridos podemos constatar que 50% concluíram o nível secundário, 35% licenciatura, 10% mestrado e os restantes 5% ensino primário.

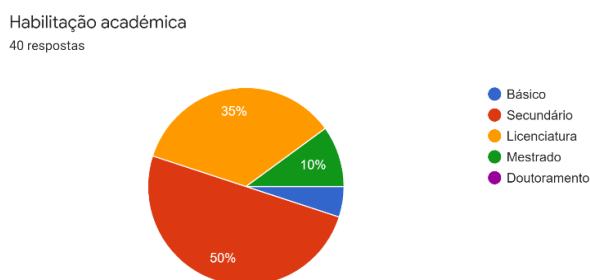


Gráfico 2 - Habilitação Académica dos Inquiridos

Quando questionados acerca da sua atividade profissional verifica-se uma grande diversidade, existindo inquiridos nos três setores. A maioria dos inquiridos desenvolve atividade no concelho de Arganil (50%), 10% na PPSA e 40% em outro concelho.

Local onde desenvolve atividade?
40 respostas

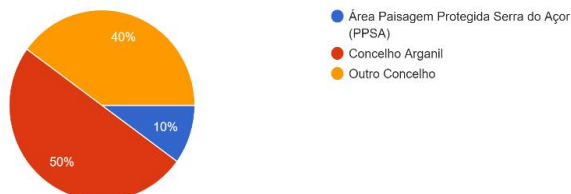


Gráfico 3 - Local onde desenvolvem atividade os Inquiridos

Quando questionados se a atividade desenvolvida apresenta relação direta com a PPSA, as respostas dividem-se, 53% respondeu que “Não” e 47% dos inquiridos responderam que “Sim”.

Principais ilações

Os inquiridos foram questionados relativamente a diversos aspetos relacionados com a PPSA, nomeadamente: “Sinalização de Caminhos” e “Estradas de Acesso”, “Sinalização de Caminhos Pedestres”, “Locais de Interesse”, “Informação nos Locais de Interesse”, “Divulgação a Nível Regional”, “Divulgação a Nível Nacional”, “Informação Online” e “Locais de Perigo”. Assim, os resultados mostram claramente que quanto a Sinalização de Estradas, Locais de Interesse e Divulgação ao Nível Regional é unanime a avaliação positiva, considerando como adequada esta informação.

Os pontos que geram maior discordância são a Divulgação a nível nacional e a Sinalização de locais de perigo existentes ao longo da PPSA. Quanto ao conhecimento de determinadas espécies com elevado valor natural, os inquiridos encontram-se divididos no que respeita à identificação de algumas, como o Selo-de-salomão, o Narciso e a Salamandra-de-cauda-comprida. Curiosamente, as espécies de maior interesse de conservação.

Na PPSA encontram-se aproximadamente 336 espécies de flora, 423 de invertebrados e 117 de vertebrados. Tem conhecimento de alguma das espécies mencionadas?

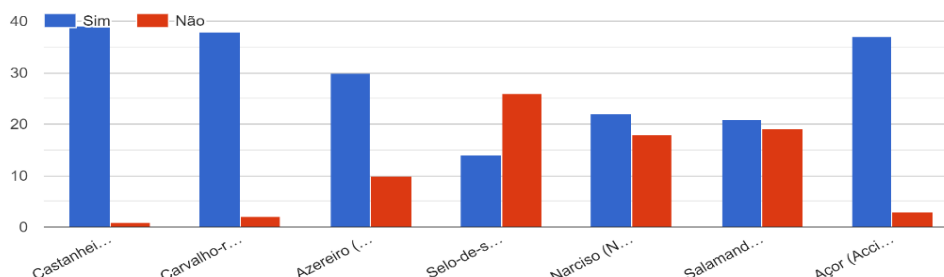


Gráfico 4 - Conhecimento de espécies de fauna e flora

No que concerne ao contributo de alguns aspetos associados à PPSA, a maioria dos inquiridos respondeu que relativamente à conservação dos valores naturais, à valorização do território, à dinamização do turismo e aos estudos científicos, a PPSA apresenta um elevado contributo, demonstrando apenas divisão de opiniões no que respeita à criação de riqueza.

Avalie o contributo da PPSA nos seguintes aspetos:

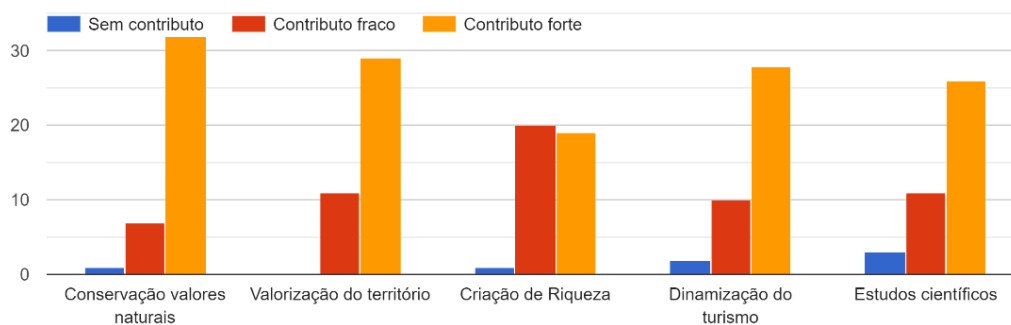


Gráfico 5 - Contributo de aspetos da PPSA

Os inquiridos apresentaram-se ainda disponíveis para colaborar no desenvolvimento de atividades na PPSA, como o controlo de invasoras e a manutenção da Mata da Margarça, Acerca do Centro de Interpretação da Serra do Açor, as respostas foram bastante unânimes, conforme se pode verificar no gráfico abaixo apresentado.

Na Mata da Margarça existe o Centro Interpretativo da Serra do Açor. Qual a sua opinião acerca deste?

40 respostas

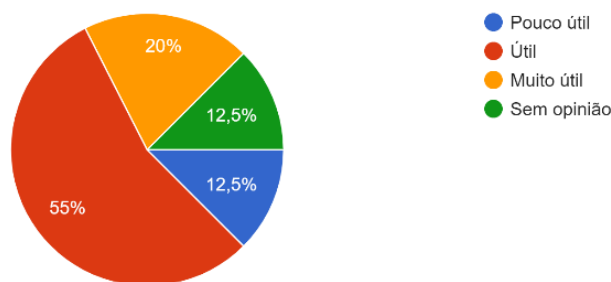


Gráfico 6 - Utilidade do Centro de Interpretação da Serra do Açor

Por fim, os inquiridos foram questionados acerca das suas atividades preferidas, revelando uma forte tendência para aquelas relacionadas com a área do Ambiente e Turismo de Natureza, como podemos ver no gráfico infra.

Qual a área das iniciativas ou atividades a desenvolver ?

36 respostas

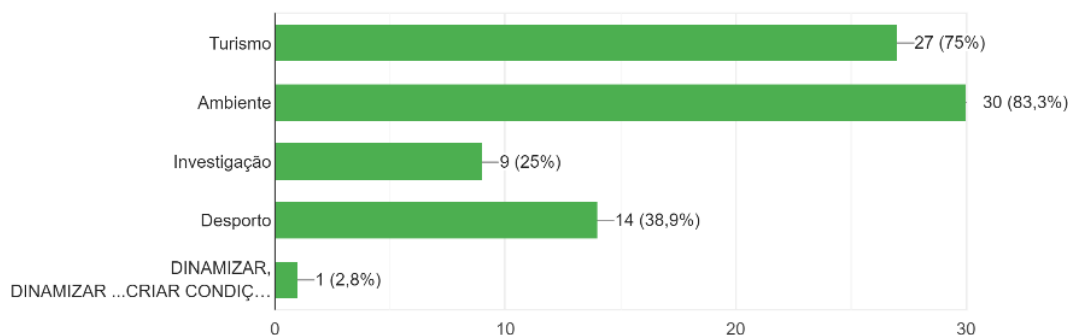


Gráfico 7 - Atividades pretendidas pelos Inquiridos

6. Programa de medidas e ações prioritárias

6.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação

Existe um enorme potencial de visitação à PPSA, com informação disponibilizada no site da Natural.pt e passível de ser transferida para dispositivos móveis. A necessidade de atualização e concentração da informação leva a que seja necessário criar uma dinâmica de partilha e contribuição para a promoção desta Área Protegida.

De acordo com os diplomas legais que regem a PPSA e com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a visitação na PPSA é condicionada a uma regulamentação que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural.

As visitas podem ser realizadas livremente ou com acesso a guias, esta última com necessidade de marcação antecipada. Todas elas visam a educação e o alerta para a importância da floresta autóctone e dos valores naturais da PPSA, valorizando o papel importante no conhecimento e compreensão da realidade em que vivemos e na construção de uma cidadania ativa, no desenvolvimento de uma consciência espacial do Mundo, a diferentes escalas, das inter-relações entre o espaço físico e o espaço humano.

Medida 1.1. – Sensibilização/Promoção da Área Protegida

Desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética e guias interpretativos dos valores naturais; Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais; Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais; promoção da marca «Natural.pt»; Implementação de ações estratégicas que permitam a promoção da Área Protegida, dos seus valores e recursos junto dos diferentes públicos, efetivos e potenciais; implementação, manutenção e/ou substituição da sinalização de índole



informativa e turística referente a esta Paisagem Protegida; Manutenção do sistema de contabilização de utilizadores.

Desenvolvimento e a implementação de estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários agentes económicos que desenvolvem as suas atividades neste território como garantia de proteção e de valorização.

Medida 1.1.
Sensibilização/Promoção da Área Protegida
<u>Ação Específica 1.1.1</u> Desenvolver conteúdos de divulgação/informação
<u>Ação Específica 1.1.2</u> Promover eventos de divulgação/formação, dos valores naturais e da área protegida
<u>Ação Específica 1.1.3</u> Desenvolvimento de novos roteiros turísticos
<u>Ação Específica 1.1.4</u> Monitorizar a utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização

Estimativa de orçamento de 23 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.1.1 - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação	Município de Arganil ICNF, IP	ESAC UC	6 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022-2023	1
1.1.2 - Promover eventos de divulgação/formação, dos valores naturais e da área protegida.	ICNF, IP	ESAC UC	4 000 €	Fundo Ambiental	2022-2024	2
1.1.3 - Desenvolvimento de novos roteiros turísticos	ICNF, IP	ESAC Município de Arganil	10 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022-2023	2
1.1.4 - Monitorizar a utilização de espaços-chave com sistemas de contabilização.	ICNF, IP		3 000 €	Mais Centro	2023	3



Medida 1.2. – Dinamização do Modelo de Cogestão

Apoiar as ações de promoção com a gestão participativa das populações e atores chave, no modelo de cogestão Desenvolvimento da marca Açor, permitindo a sua promoção e intervenção na sociedade. Definição de um plano de comunicação.

Estimativa de orçamento de 10 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.2.1 - Elaborar um Plano de comunicação	ICNF, IP Município de Arganil	ONGAs CMA ESAC UC JFB APFCA	10 000 €	Fundo Ambiental	2022-2023	2

6.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável

A Educação Ambiental é uma aprendizagem multidisciplinar incorporada em todas as faixas etárias e formas de educação, incluindo no contexto escolar, laboral, económico e de consumo. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), torna possível conjugar experiências, agregar prioridades e partilhar recursos, visando uma cidadania plena, com conhecimento e interveniente.

Medida 2.1. – Voluntariado PPSA

Promover o desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral, incentivando a participação em atividades de responsabilidade social.

Estimativa de orçamento de 10 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.1.1 - Realização de Ações de Voluntariado	ONGAs	ICNF CMA ESAC UC JFB APFCA	10 000 €	Fundo Ambiental	2022-2024	1





Medida 2.2. – Atividades Educação Ambiental

Desenvolvimento de programas e atividades que promovam uma educação para a sustentabilidade ambiental; fomentar o desenvolvimento de projetos e iniciativas na área da educação ambiental em articulação com parceiros como a Escola Secundária de Arganil, Escola Básica de Arganil (através do Clube de Ciência Viva) e as Associações e Instituições locais, assim como com as entidades representadas na Comissão de Cogestão.

Estimativa de orçamento de 15 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.2.1 - Programas escolares de Educação Ambiental	ICNF, IP Município de Arganil	ESAC UC JFB APFCA ONGAs	10 000 €	Município de Arganil Mais Centro	2022-2024	1
2.2.2 - Realização de workshops/seminários	ICNF, IP	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs	3 000 €	Município de Arganil Mais Centro	2022-2024	2
2.2.3 - Realização de Atividades Comemorativas com âmbito educacional	ICNF, IP	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs	2 000 €	Fundo Ambiental	2022-2024	3

6.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes na PPSA

A PPSA dispõe de infraestruturas de apoio à visita, nomeadamente: o Centro de Interpretação (Casa Grande), 5 percursos pedestres e ainda, a Casa da Eira, o Forno de Refugio e o Moinho. Na área da Fraga da Pena, podemos encontrar-se um passadiço de acesso à cascata, onde são visíveis ainda antigas azenhas, moinhos, levadas de água, muros e escadarias de apoio à visita.

Medida 3.1. – Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visita da PPSA

As infraestruturas existentes, associadas ao turismo de natureza, apresentam uma elevada importância em toda a Paisagem Protegida. Relacionadas com um património histórico e cultural fortemente implantado, a recuperação e manutenção destes espaços, torna-se essencial para a sua dinamização e sustentabilidade.





<p>Medida 3.1.</p> <p>Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visita da PPSA</p>
<p>Ação Específica 3.1.1</p> <p>Recuperação de estruturas de visita existentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa Grande, Casa da Eira, Fornos e Moinhos
<p>Ação Específica 3.1.2</p> <p>Aquisição de novas estruturas de apoio à visita</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bancos, Mesas e Corrimões
<p>Ação Específica 3.1.3</p> <p>Promover a recuperação e boa utilização das infraestruturas danificadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação de portas e janelas reforçadas para impedir acesso
<p>Ação Específica 3.1.4</p> <p>Aquisição de material interpretativo para infraestruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de mesas e painéis interpretativos
<p>Ação Específica 3.1.5</p> <p>Beneficiação do viveiro existente na Mata da Margarça</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação da vedação e materiais existentes para ações de sensibilização

Estimativa de orçamento de 165000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.1.1 - Recuperação de estruturas de visita existentes	ICNF, IP Município de Arganil	-	105 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022-2024	2
3.1.2 - Aquisição de equipamento para apoio à visita	ICNF, IP Município de Arganil	-	15 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022-2024	2
3.1.3 - Aquisição de material interpretativo para infraestruturas	ICNF, IP Município de Arganil	-	10 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022-2024	1
3.1.4 – Beneficiação do Viveiro existente na Mata da Margarça	ICNF, IP	UC ESAC	20 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2024	3





Medida 3.2. – Beneficiação de acessos e caminhos

Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres; percursos interpretativos e manutenção dos espaços e estruturas de visitação existentes.

Estimativa de orçamento de 15 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.2.1 – Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação	ICNF, IP	UC ESAC CMA	6 000 €	Mais Centro	2022-2023	2
3.2.2 - Limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres	ICNF, IP	APFCA	9 000 €	Mais Centro	2022	1

6.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Promover a investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Medida 4.1

Estudos, Monitorização e Investigação Científica

Promover a investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Ação	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.1.1 - Estabelecimento de Protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia.	ESAC UC	ICNF, IP	20 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2022 - 2024	3





4.1.2 – Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA	ESAC	APFCA	20 000 €	Fundo Ambiental	2022 - 2024	2
	UC	ICNF, IP		Mais Centro		

Medida 4.2

Produção de Sistema de Informação sobre a PPSA

Implementação de ações no âmbito do sistema de divulgação da Paisagem Protegida da Serra do Açor, designadamente a compilação de informação, desenvolvimento de ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados, para suporte à decisão, na área da gestão da biodiversidade, como ferramenta na promoção da sustentabilidade dos recursos.

Medida 4.2.

Sistema de Informação sobre a PPSA

Ação Específica 4.2.1

Repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas

Ação Específica 4.2.2

Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.2.1 - Repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas	ICNF, IP	ONGAs	20 000 €	Mais Centro	2022 - 2023	3
4.2.2 - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA	ICNF, IP	CMA	20 000 €	Mais Centro	2022 - 2024	2



Orçamento Total

EIXO 1	33 000,00 €
EIXO 2	25 000,00 €
EIXO 3	165 000,00 €
EIXO 5	80 000,00 €
TOTAL	303 000,00 €

7. Instrumentos e Linhas de Financiamento

De acordo com o Artigo 14º do DL 116/2019, de 21 de agosto :

- 1- Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.
- 2- O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.
- 3- O financiamento das medidas e ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.
- 4- Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanentes, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:
 - a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;
 - b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
 - c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
 - d) Verba disponibilizada pelo município abrangido pela Área Protegida;
 - e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
 - f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
 - g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
 - h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

- 5- As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no plano de cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A Comissão de Cogestão, com o apoio do Conselho Estratégico procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida.

8. Monitorização

O Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas, indicadores estes que devem ser integrados nos planos de cogestão, embora cada comissão de cogestão deva adotar medidas específicas para cada território. Tendo por base a Portaria nº 67/2021 de 17 de março foram considerados os indicadores mínimos para as diferentes áreas protegidas, alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no nº 3 do artigo 12º do referido decreto-lei.

Para avaliar os resultados verificados para cada um dos eixos, será definida a situação de referência para cada indicador, ou seja, o referencial antes do início da implementação de qualquer das medidas definidas.

Para cada uma das ações, foram também definidas metas, que se procuram atingir.

Tabela 6 - Ações e Indicadores de Referência PPSA

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência	Situação de Referência	Meta
EIXO 1 – Informação e Comunicação	1.1.1 - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação	Materiais de divulgação PPSA:		
		Nº de novos folhetos informativos	1000	5000
	Nº de entidades envolvidas na elaboração de informação	0	4	
	1.1.2 - Promover eventos de divulgação/formação, dos valores naturais e da área protegida.	Nº de novos aderentes à marca Natural.pt e tipologias de novos produtos e serviços	0	2
Nº de cartazes publicitários referentes à PPSA colocados		0	2	
Criação de uma nova rede social para divulgação de atividades e informação sobre a PPSA.		0	1	
	Nº de Ações de promoção e divulgação das atividades			



		económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais da AP.	2	5
	1.1.3 - Desenvolvimento de novos roteiros turísticos	Nº de visitantes contabilizados através de empresas de turismo Nº de visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP Nº de novas parcerias realizadas com entidades ligadas ao turismo Nº de novas portas de entrada em roteiros da AP	250 20 000/ano 2 1	500 30 000/ano 5 2
	1.1.4 - Monitorizar a utilização de espaços-chave com sistemas de contabilização.	Nº de novos contadores instalados	2	3
	1.2.1 - Elaborar um Plano de comunicação	Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP % de reclamações/queixas realizadas e reclamações resolvidas	0	5 100%
EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	2.1.1 - Realização de Ações de Voluntariado	Nº Ações voluntariado realizadas na PPSA Nº Participantes em ações sobre valores naturais e boas práticas para usufruto do território Nº Entidades envolvidas nos projetos colaborativos da PPSA	0 0	1/ano 100/ano
	2.2.1 - Programas escolares de Educação Ambiental	Nº de atividades de educação ambiental realizadas Nº de alunos envolvidos nas atividades	2/ano 30/ano	5/ano 60/ano
	2.2.2 - Realização de workshops/seminários	Nº de workshops desenvolvidos por ano Nº de participantes em workshops	0 0	2 100/ano



	2.2.3 - Realização de Atividades Comemorativas com âmbito educacional	Nº de atividades comemorativas desenvolvidas com âmbito educacional	2	4
EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes na PPSA	3.1.1 - Recuperação de estruturas de visitação existentes	Nº de infraestruturas intervencionadas Nº Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação.		2 2
	3.1.2 - Aquisição de equipamento para apoio à visitação	Nº de novos equipamentos para apoio à visitação	1	10 (Bancos, mesas, cadeiras...)
	3.1.3 - Aquisição de material interpretativo para infraestruturas	Nº de novos materiais adquiridos		20
	3.1.4 – Beneficiação do Viveiro existente na Mata da Margaraça	Nº de novos materiais adquiridos para o viveiro	2	20 entre pás e ferramentas para eventos de educação ambiental
	3.2.1 – Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação	Nº de novas estruturas de sinalização da PPSA em bom estado de conservação	20 (isto é um pouco vago dizer que estão boas! Estão mais ou menos)	50
	3.2.2 - Limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres	Nº de rotas e percursos interpretativos operacionais na PPSA	3/4	4/4
EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica	4.1.1 - Estabelecimento de Protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia.	Nº de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP		1
	4.1.2 – Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA	Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP		2
	4.2.1 - Repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas	Nº de plataformas de base de dados criadas		1



	4.2.2 - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA	Nº de novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP Nº de novas publicações existentes no sistema de informação.		2 20
Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da PPSA (nº de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ nº total de iniciativas de participação pública)				70%
Financiamento do plano de cogestão da PPSA (financiamento existente/ financiamento necessário)				A DEFINIR EM CC
Execução de projetos e ações previstas no plano de cogestão da PPSA - execução física e financeira.				A DEFINIR EM CC

9. Consulta pública

A consulta pública da proposta de plano de cogestão é divulgada através de aviso a publicitar a mesma, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias (artigo 15.º, n.º 2 do Decreto Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

É competente para a promoção da publicação do edital municipal referido, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 35.º, n.º 1, al. t) e artigo 56.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o Presidente da Câmara Municipal de cada município representado na comissão de cogestão da área protegida.

Durante o período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão de cogestão da área protegida promove a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica (artigo 15.º, n.º 3 do Decreto Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

A informação relativa à consulta pública da proposta de plano de cogestão será feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades públicas representadas na comissão de cogestão da área protegida (artigo 17.º, n.º 2 do Decreto Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

Na fase inicial do período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão de cogestão da área protegida promove a realização de sessões participativas com o intuito de divulgar este documento e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados (artigo 15.º, n.º 1, al. d) do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).



Após a recolha de todos os contributos da consulta pública da proposta de plano de cogestão (caso existam), estes são objeto de apreciação pela comissão de cogestão da área protegida, sendo elaborado um relatório com o resultado da consulta pública e da forma como a mesma foi tida em conta na proposta final do plano de cogestão.

10. Publicitação e divulgação

Onde será publicitada a informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

A informação e a comunicação das intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão, serão divulgadas nos sites oficiais da Câmara Municipal de Arganil e do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IF, assim como dos respetivos parceiros. A informação relevante para a visita à área protegida constará no site do ICNF, IP e no site da marca Natural.pt.

A promoção e divulgação das atividades a realizar constarão nos respetivos sites oficiais, Agenda Municipal da Câmara Municipal de Arganil e nas redes sociais Facebook e Instagram da Câmara Municipal de Arganil e do ICNF.

Como será feita a divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

Todas as ações de informação e comunicação realizadas pela Comissão de Cogestão serão promovidas através da Câmara Municipal de Arganil e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.





Anexo - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)

Ação 1.1.1. - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação		
Descrição		
Compilar e desenvolver informação referente à PPSA		
Objetivo		
Desenvolver novos conteúdos sobre a PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC	
Investimento total estimado		
6000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental, POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
	3 000 €	3 000 €
Metas		
Atualização de flyers e panfletos existentes. Atualizar informação da PPSA de pelo menos 4 folhetos.		
Aumentar o número de entidades envolvidas na elaboração de informação. Existir pelo menos 4 entidades envolvidas na elaboração da informação.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novos folhetos informativos		
Nº de entidades envolvidas na elaboração de informação		



Ação 1.1.2. - Promover eventos de divulgação/formação, dos valores naturais e da área protegida.		
Descrição		
Promoção de eventos e divulgação à comunidade local através da marca Natural.pt, de redes sociais e cartazes publicitários.		
Objetivo		
Obter um maior número de entidades envolvidas nas atividades da comissão de cogestão da PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC	
Investimento total estimado		
4000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
1 000 €	1 500 €	1 500 €
Metas		
Aumentar o número de visitantes e entidades envolvidas com a PPSA, pela criação de novos métodos de publicitação e métodos mais próximos das comunidades. Atualização e promoção da marca Natural.pt; Criação de um instagram dedicado à PPSA; Promoção da PPSA com cartazes e folhetos junto das populações (1 cartaz por ano na vila de Arganil).		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novos aderentes à marca Natural.pt Nº de cartazes publicitários referentes à PPSA colocados Criação de uma nova rede social para divulgação de atividades e informação sobre a PPSA. Nº de Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais da AP.		



Ação 1.1.3. - Desenvolvimento de novos roteiros turísticos		
Descrição		
Atualmente os grupos de visitantes organizados que visitam a PPSA, são coordenados por uma entidade turística. A criação de parcerias com novas entidades turísticas, em que as suas rotas tenham como destino os pontos de interesse desta Área Protegida e assim, dinamizá-la.		
Objetivo		
Criar parcerias com entidades ligadas ao turismo para aumentar o número de visitantes.		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	JFB, CMA, ESAC	
Investimento total estimado		
10 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental, CENTRO2020		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
	5 000 €	5 000 €
Metas		
Aumento do número de visitantes em 20% - Criação de novos roteiros, novas parcerias e criação de 2 portas de entrada na AP		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de visitantes contabilizados através de empresas de turismo Nº de visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP Nº de novas parcerias realizadas com entidades ligadas ao turismo Nº de novas portas de entrada em roteiros da AP		



Ação 1.1.4. - Monitorizar a utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização		
Descrição		
Atualmente existem na PPSA sistemas de contabilização já instalados, no entanto, é necessário contabilizar visitantes em outros espaços-chave como a aldeia de Pardieiros e caminhos pedestres existentes ao longo da PPSA		
Objetivo		
Captar a utilização de novos espaços pelos visitantes e dispersar os utilizadores de espaços com muita pressão.		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	APFCA	
Investimento total estimado		
3 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
CENTRO2020		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
	1 500 €	1 500 €
Metas		
Capacitar a contabilização de indivíduos em novos espaços com potencial para visitação.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novos contadores instalados		



Ação 1.2.1 - Elaborar um Plano de comunicação		
Descrição		
A Elaboração do Plano de Comunicação baseia-se na necessidade de existirem normas e linhas orientadoras a seguir para todo o tipo de informação que se pretenda divulgar. Serão divulgadas as atividades em redes sociais, <i>sites</i> dos membros da Comissão de Cogestão e pontos de interesse.		
Objetivo		
Elaborar um Plano de Comunicação		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ONGAs, CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA	
Investimento total estimado		
10 000€		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	5000 €	5000 €
Metas		
Plano de Comunicação Finalizado em 2024		
Definição de iniciativas no âmbito da cogestão da AP		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP		



Ação 2.1.1 - Realização de Ações de Voluntariado		
Descrição		
Implementar diversas atividades alocadas à população em geral, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Controlo de espécies exóticas e invasoras ➤ Recolha de lixo pela PPSA ➤ Auxílio à população da PPSA na manutenção do exterior das suas residências 		
Objetivo		
Desenvolver competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ONGAs	
Entidades parceiras	ICNF, CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA	
Investimento total estimado		
10 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
2 500 €	3 750 €	3 750 €
Metas		
Aumentar número de atividades de Educação Ambiental realizadas. Realizar no mínimo 2 atividades de Educação Ambiental por ano.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº Ações voluntariado realizadas na PPSA		
Nº Participantes em ações sobre valores naturais ou práticas desenvolvidas na PPSA		
Nº Entidades envolvidas nos projetos colaborativos da PPSA		



Ação 2.2.1 - Programas escolares de Educação Ambiental		
Descrição		
Realização de atividades com os alunos de escolas do concelho e concelhos limítrofes como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O ICNF vais à escola ➤ Instalação de caixas-ninho na PPSA ➤ Instalação de câmaras na PPSA ➤ Observação de Pegadas 		
Objetivo		
Realização de um calendário de atividades de Educação Ambiental com as escolas do concelho de Arganil Novas cooperações com escolas dos concelhos limítrofes		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CMA	
Entidades parceiras	ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs	
Investimento total estimado		
10 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Câmara Municipal de Arganil, POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
2 000 €	4 000 €	4 000 €
Metas		
Aumentar o número de atividades de Educação Ambiental realizadas com as diversas escolas Realizar 2 atividades por ano na PPSA		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de atividades realizadas Nº de alunos envolvidos nas atividades		



Ação 2.2.2. - Realização de workshops/seminários		
Descrição		
<p>Realização de workshops e seminários como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A Fauna da PPSA ➤ A Flora da PPSA ➤ Estudos realizados na PPSA ➤ Identificação de cogumelos 		
Objetivo		
Envolver a comunidade com a PPSA através de conteúdo informativo e de cariz educacional		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs	
Investimento total estimado		
3 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Câmara Municipal de Arganil, POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
1 000 €	1 000 €	1 000 €
Metas		
<p>Aumentar o número de workshops/seminários desenvolvidos (realização no mínimo de 2 atividades por ano) Cativar a população a participar em atividades com cariz educacional.</p>		
Indicadores de Realização (Outputs)		
<p>Nº de workshops desenvolvidos por ano Nº de participantes em workshops</p>		



Ação 2.2.3. - Realização de Atividades Comemorativas com âmbito educacional		
Descrição		
Realização de atividades comemorativas com âmbito educacional: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aniversário da PPSA (3 de março) ➤ Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro) 		
Objetivo		
Assinalar datas com importância para a Área Protegida		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAS	
Investimento total estimado		
2 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
500 €	750 €	750 €
Metas		
Continuar a assinalar as datas com importância para a Área Protegida		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Comemorar o Aniversário da PPSA (3 de março)		
Comemorar o Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro)		



Ação 3.1.1. - Recuperação de estruturas de visitação existentes		
Descrição		
Obras de recuperação de diversas estruturas de visitação existentes na PPSA		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Casa Grande (Remodelação do edifício) ➤ Casa da Eira (Recuperação do telhado) ➤ Fornos e Moinhos (Reconstrução das diferentes estruturas para auxílio à visitação) 		
Objetivo		
Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degradação		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF	
Entidades parceiras	-	
Investimento total estimado		
105 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
CENTRO2020, Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	37 500 €	37 500 €
Metas		
Melhorar o estado de conservação de pelo menos 2 infraestruturas		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de infraestruturas intervencionadas		
Nº Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação.		



Ação 3.1.2 - Aquisição de equipamento para apoio à visitaç�o		
Descri�o		
Aquisi�o de novo equipamento de apoio � visita�o existentes na PPSA		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aquisi�o de bancos em madeira para a PPSA ➤ Aquisi�o de corrim�es em madeira para a PPSA ➤ Aquisi�o de mesas para a PPSA 		
Objetivo		
Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degrada�o		
Entidades envolvidas		
Entidade respons�vel (coordenadora)	CMA, ICNF	
Entidades parceiras	-	
Investimento total estimado		
15 000 �		
Poss�veis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	7 500 �	7 500 �
Metas		
Aumento do n�mero de estruturas de apoio � visita�o		
Indicadores de Realiza�o (Outputs)		
N� de novas estruturas adquiridas		



Ação 3.1.3. - Aquisição de material interpretativo para infraestruturas		
Descrição		
A aquisição de material interpretativo (mesas e painéis) para a Casa Grande (Centro Interpretação Serra do Açor), proporcionando uma melhor e mais apelativa experiência aos visitantes.		
Objetivo		
Melhorar a experiência de visitação aos turistas no Centro de Interpretação da Serra do Açor		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	CMA	
Investimento total estimado		
10 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
CENTRO2020		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	5 000 €	5 000 €
Metas		
Aquisição de 1 mesa interativa		
Aquisição de mesas para realização de trabalhos manuais.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novas estruturas instaladas		



Ação 3.1.4. - Beneficiação do viveiro existente na Mata da Margarça		
Descrição		
O viveiro existente na Mata da Margarça, é utilizado como apoio para albergar algumas plantas até à plantação. Este viveiro tem potencial para com algumas intervenções, nomeadamente aquisição de material, poder proporcionar aos visitantes pequenas experiências com algumas atividades, nomeadamente no que respeita ao processo de produção de plantas.		
Objetivo		
Criar condições para serem desenvolvidas atividades de cariz educacional no viveiro.		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC	
Investimento total estimado		
20 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	10 000 €	10 000 €
Metas		
Remodelação do Viveiro		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novos materiais adquiridos para o viveiro		



Ação 3.2.1. – Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação		
Descrição		
Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação na PPSA, como novos painéis informativos ao longo de caminhos e percursos, reforço da sinalética nos trilhos, placas informativas com mais informação, nomeadamente locais onde existem WC, restauração e mais informação pertinente.		
Objetivo		
Melhorar a informação e sinalização existente na PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC, CMA	
Investimento total estimado		
6 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	2 000 €	4 000 €
Metas		
Instalação de 2 novos painéis informativos e 15 novas placas de sinalização		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novas estruturas de sinalização e informação instaladas.		



Ação 3.2.2. – Limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres		
Descrição		
A limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres para realização de atividades na PPSA		
Objetivo		
Manter trilhos e percursos pedestres em boas condições para a realização de atividades na PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	APFCA	
Investimento total estimado		
9 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	5 000 €	4 000 €
Metas		
Limpeza de 4 percursos pedestres e trilhos anualmente		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de percursos pedestres e trilhos limpos por ano		



Ação 4.1.1. - Estabelecimento de Protocolos com as Universidades e Politécnicos para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia.		
Descrição		
O desenvolvimento de estudos entre estabelecimentos de ensino com a AP tem sido recorrente, no entanto, muito por vontade própria de alunos e docentes. A existência de um enorme potencial para a criação de mais objetos de novos estudos evidência uma necessidade de reforçar os apoios aos mesmos.		
Objetivo		
Criação de protocolos com Universidades e Politécnicos		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC	
Investimento total estimado		
20 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	10 000 €	10 000 €
Metas		
Criação de novas parcerias entre entidades gestoras e estabelecimentos de ensinos.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP		
Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP		



Ação 4.1.2. - Implementar um programa de monitorização de espécies e habitats ameaçadas na PPSA		
Descrição		
A perda de espécies e habitats é um problema com cada vez maior expressão. A necessidade de monitorizar espécies e habitats, por forma a poder realizar intervenções necessárias, resulta de um programa de monitorização que é importantíssimo para a preservação das mesmas, sendo para tal é necessário fomentar a colaboração da população.		
Objetivo		
Monitorizar espécies e habitats ameaçados na PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC, APFCA	
Investimento total estimado		
20 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental, POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	10 000 €	10 000 €
Metas		
Identificar espécies alvo, para um programa de monitorização		
Realizar um programa de monitorização para as espécies identificadas.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP		
Elaboração de um programa de monitorização		



Ação 4.2.1. - Repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas		
Descrição		
Desenvolvimento de um repositório alocado à Natural.pt com acesso restrito de dados e publicações que possa ser partilhado e consultado.		
Objetivo		
Existência de base de dados para consulta		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	CMA	
Investimento total estimado		
20 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	10 000 €	10 000 €
Metas		
Criação de uma plataforma <i>online</i> para base de dados		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de plataformas de base de dados criadas		



Ação 4.2.2. - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA		
Descrição		
<p>A existência de informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais existentes na PPSA, está definida no <i>site</i> da Natural.pt, no entanto, esta informação não está em permanente atualização.</p> <p>Pretende-se assim, o apoio a um técnico especializado, exclusivamente para a atualização e desenvolvimento de informação no <i>site</i> da Natural.pt ou outro a definir.</p>		
Objetivo		
Desenvolver o sistema de informação		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF	
Entidades parceiras	CMA	
Investimento total estimado		
20 000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
POSEUR		
Cronograma financeiro		
2022	2023	2024
-	10 000 €	10 000 €
Metas		
Valorização dos produtos endógenos da PPSA. Informação atualizada nos sistemas de informação <i>online</i>		
Indicadores de Realização (Outputs)		
<p>Nº de novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP</p> <p>Nº de novas publicações existentes no sistema de informação.</p>		